

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2018 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 6 (LRF, art.53, inciso III)

Em Reais

		ACIMA DA LINHA	
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018	
		RECEITAS REALIZADAS (a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	7.675.748.655,74	6.591.831.760,00	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.019.172.793,74	2.681.550.472,09	
ICMS	2.458.761.254,96	2.176.168.750,96	
IPVA	116.395.374,39	115.371.858,55	
ITCD	8.933.100,09	10.149.053,72	
IRRF	379.134.913,98	318.376.157,67	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	55.948.150,32	61.484.651,19	
Contribuições	333.378.518,00	202.390.168,12	
Receita Patrimonial	258.399.725,52	133.287.511,28	
Aplicações Financeiras (II)	206.958.883,65	90.342.196,25	
Outras Receitas Patrimoniais	51.440.841,87	42.945.315,03	
Transferências Correntes	3.856.009.165,00	3.360.135.853,41	
Cota-Parte do FPE	2.796.826.987,00	2.433.690.313,84	
Transferências da LC 87/1996	10.243.458,00	8.024.101,10	
Transferências da LC 61/1989	5.430.040,00	6.196.979,05	
Transferências do FUNDEB	641.616.335,06	561.713.750,46	
Outras Transferências Correntes	401.892.344,94	350.510.708,96	
Demais Receitas Correntes	208.788.453,48	214.467.755,10	
Outras Receitas Financeiras (III)	565.921,51	-	
Receitas Correntes Restantes	208.222.531,97	214.467.755,10	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	7.468.223.850,58	6.501.489.563,75	
RECEITAS DE CAPITAL (V)	892.216.492,50	143.380.974,07	
Operações de Crédito (VI)	365.646.950,00	125.420.100,00	
Amortização de Empréstimos (VII)	-	603.954,88	
Alienação de Bens	54.941,20	1.427.750,82	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-	-	
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	-	-	
Outras Alienações de Bens	54.941,20	1.427.750,82	
Transferências de Capital	526.514.601,30	15.929.168,37	
Convênios	523.474.154,19	-	
Outras Transferências de Capital	3.040.447,11	15.929.168,37	
Outras Receitas de Capital	-	-	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-	-	
Outras Receitas de Capital Primárias	-	-	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	526.569.542,50	17.356.919,19	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	7.994.793.393,08	6.518.846.482,94	
TOTAL DAS RECEITAS	8.567.965.148,24	6.735.212.734,07	

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	7.393.072.454,05	6.137.769.749,60	5.701.258.466,93	5.641.213.422,06	77.859.994,76	14.150.887,87	13.173.017,97
Pessoal e Encargos Sociais	4.926.108.754,00	4.096.955.420,19	3.863.034.882,28	3.863.034.882,28	6.907.634,99	-	-
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	313.755.315,00	296.646.187,64	278.314.080,19	278.039.075,23	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.153.208.385,05	1.744.168.141,77	1.559.909.504,46	1.500.139.464,55	70.952.359,77	14.150.887,87	13.173.017,97
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	2.153.208.385,05	1.744.168.141,77	1.559.909.504,46	1.500.139.464,55	70.952.359,77	14.150.887,87	13.173.017,97
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	7.079.317.139,05	5.841.123.561,96	5.422.944.386,74	5.363.174.346,83	77.859.994,76	14.150.887,87	13.173.017,97
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.964.998.977,11	1.075.033.043,97	827.760.997,74	787.614.515,64	40.465.845,36	7.127.223,49	6.531.107,67
Investimentos	1.714.949.679,25	834.504.920,22	642.232.560,93	602.086.078,83	40.465.845,36	7.127.223,49	6.531.107,67
Inversões Financeiras	53.535.847,19	44.466.165,58	2.466.165,58	2.466.165,58	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	2.250.000,00	220.773,74	220.773,74	220.773,74	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	51.285.847,19	44.245.391,84	2.245.391,84	2.245.391,84	-	-	-
Amortização da Dívida (XX)	196.513.450,67	196.061.958,17	183.062.271,23	183.062.271,23	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.766.235.526,44	878.750.312,06	644.477.952,77	604.331.470,67	40.465.845,36	7.127.223,49	6.531.107,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	5.289.496,18	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	8.850.842.161,67	6.719.873.874,02	6.067.422.339,51	5.967.505.817,50	118.325.840,12	21.278.111,36	19.704.125,64
TOTAL DAS DESPESAS	9.363.360.927,34	7.212.802.793,57	6.529.019.464,67	6.428.827.937,70	118.325.840,12	21.278.111,36	19.704.125,64

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)] 413.310.699,68

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO VALOR CORRENTE
Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência (314.000.000,00)

JUROS NOMINAIS Até o Bimestre/2018 VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV) 90.342.196,25
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI) 1.356.634.787,69

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI) (852.981.891,76)

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL VALOR CORRENTE
Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência 499.000.000,00

1 As Receitas e Despesas Intraorçamentárias não estão incluídas nesse Demonstrativo.

2 As Transferências a Municípios, no exercício de 2018, estão sendo contabilizadas como deduções da Receita.

3 De acordo com o novo Ementário da Receita, as Multas e Juros de Mora, Dívida Ativa e Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa estão sendo registradas, no exercício de 2018, em seus respectivos impostos.

4 Em virtude do término da redução extraordinária da prestação mensal da dívida Lei 9.496/97 concedida pela Lei complementar 156, art. 3º que teve início em julho de 2016 e finalizou em junho de 2018, o Estado começou a pagar a parcela total de amortização e juros a partir de julho de 2018.

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO
Secretário de Estado da Fazenda

PAULO CASTRO CARDOSO DA SILVA
Superintendente do Tesouro Estadual

RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE
Contador Geral do estado
CRC PE 017219/O-9 T-AL

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM
Controladora Geral do Estado

ABAIXO DA LINHA		SALDO	
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		Em 31/Dez/2017 (a)	Até o Bimestre/2018 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		8.854.367.291,57	9.680.879.210,51
DEDUÇÕES (XXIX)		1.854.026.427,42	2.948.670.264,56
Disponibilidade de Caixa		1.230.280.244,15	2.372.604.527,37
Disponibilidade de Caixa Bruta		1.742.769.522,14	2.402.239.212,87
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		512.489.277,99	29.634.685,50
Demais Haveres Financeiros		623.746.183,27	576.065.737,19
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		7.000.340.864,15	6.732.208.945,95
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)			268.131.918,20
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2018	
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)			482.854.592,49
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)			-
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)			-
OUTROS AJUSTES (XXXV)			(638.259.217,47)
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)			(852.981.891,76)
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)			413.310.699,68
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS			-
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais			-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			-

FONTE: SIAFE/L, STE, 27/nov/2018, 18h e 25m

¹ O Regime Previdenciário não está contemplado neste Demonstrativo.

² No saldo da dívida contratual interna com a União - Lei nº 9496/97 está incluído o montante de R\$814.282.975,96 conforme cláusula 3ª do 7º Termo Aditivo, decorrente de litígio judicial - ACO 1726/STF.

³ Encontra-se em litígio, já incluído também neste estoque, pelo estado de Alagoas na ACO 1726/STF o valor de R\$2.508.646.414 referente a conta gráfica prevista no art. 7º da Lei nº 9496/97

⁴ Os Precatórios do Estado (período de inscrição posterior a 05/05/2000) estão incluídos na Dívida Consolidada.

⁵ Para a apuração do Resultado Nominal foi utilizado, em 2018, o mapeamento de contas apresentado no MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais - 8ª Edição, resultando em divergências quanto às linhas de Restos a Pagar Processados.

⁶ O ajuste realizado no montante da Dívida Consolidada ao final do exercício de 2017, ocorrido com base no Sétimo Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamentos de Dívidas, de 26/12/2017

Processo 17944.00040/98-51 celebrado entre a União e o Estado de Alagoas (nos termos da LC nº 156/2016), foi reconsiderado após esclarecimentos decorrentes das discussões no âmbito da apuração do Programa de Reestruturação

e Ajuste Fiscal - PAF de 2017. Quanto a natureza da dívida, tal montante compunha conta gráfica e com o refinanciamento tal valor deve ser reincorporado ao saldo principal e não extinto.

⁷ Saldo da Dívida Consolidada inclui efeitos do crescimento do montante de dívida externa decorrentes da alta do dólar.

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO
Secretário de Estado da Fazenda

PAULO CASTRO CARDOSO DA SILVA
Superintendente do Tesouro Estadual

RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE
Contador Geral do Estado
CRC PE 017219/O-9 T-AL

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM
Controladora Geral do Estado